



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MODALIDADE À DISTÂNCIA

VALQUIRIA CORREIA DA SILVA

**ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

JOÃO PESSOA/PB

2026

VALQUIRIA CORREIA DA SILVA

**ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Magno Alexon Bezerra
Seabra.

JOÃO PESSOA/PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Valquiria Correia da.

Atuação do profissional de apoio escolar na educação inclusiva: uma revisão integrativa da literatura / Valquiria Correia da Silva. - João Pessoa, 2026.
30 f. : il.

Orientação: Magno Alexon Bezerra Seabra.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - modalidade à distância) - UFPB/CE.

1. Educação inclusiva. 2. Profissional de apoio escolar. 3. Inclusão escolar. 4. Trabalho colaborativo. I. Seabra, Magno Alexon Bezerra. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

VALQUIRIA CORREIA DA SILVA

**ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovando em 02/07/2026

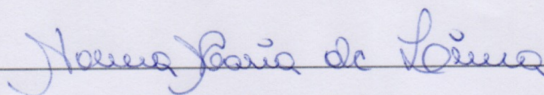
BANCA EXAMINADORA

gov.br

Documento assinado digitalmente
MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
Data: 06/07/2026 13:03:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.º Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra

Orientador



Prof.ª Dra. Norma Maria de Lima

Examinadora

gov.br

Documento assinado digitalmente
IVANA MARIA MEDEIROS DE LIMA
Data: 06/07/2026 14:05:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.ª Ms. Ivana Maria Medeiros de Lima

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser minha força nas horas de estudo, por renovar minha fé nos momentos de cansaço e por me guiar até a concretização deste sonho.

Ao meu querido esposo, pelo companheirismo inabalável, pela paciência diante da minha ausência nos momentos de dedicação às leituras e por ser o meu porto seguro em cada etapa dessa jornada. Este título também é seu.

À minha família, pelo apoio silencioso, pelo incentivo constante e por acreditar no poder transformador da educação na minha vida.

À Universidade Federal da Paraíba e a todo o corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Modalidade a Distância, que rompeu as barreiras geográficas e me permitiu acessar um ensino público, gratuito e de extrema qualidade.

Ao meu orientador, Prof. Magno Alexon Bezerra Seabra, pelas contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

Aos profissionais e estudantes das redes municipais de ensino onde realizei meus estágios e atuações práticas. Suas realidades, desafios e sorrisos foram o combustível para que este trabalho existisse e para a construção da minha identidade como pedagoga.

A todos que, direta ou indiretamente, torceram por mim, o meu mais sincero obrigado.

RESUMO

A inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial tem exigido mudanças significativas nas práticas pedagógicas e na organização das escolas, visando garantir o acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos. Nesse contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar como ocorre a atuação do profissional de apoio escolar e quais são os principais desafios enfrentados por esse profissional no âmbito da Educação Inclusiva no Brasil?. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com levantamento bibliográfico na plataforma Google Acadêmico, considerando produções publicadas entre os anos de 2022 e 2026. Os resultados evidenciaram que a atuação desse profissional ainda é marcada por indefinições quanto às suas atribuições no ambiente escolar, alternando entre funções relacionadas aos cuidados básicos dos estudantes e atividades de caráter pedagógico. Além disso, foram identificados desafios como a falta de formação específica, a ausência de momentos de planejamento conjunto com os docentes, a precarização dos vínculos de trabalho e a elevada rotatividade desses profissionais, fatores que comprometem a continuidade e a qualidade do atendimento oferecido aos estudantes. Constatou-se que, embora a Lei nº 13.146/2015 representasse um importante avanço na garantia do direito ao apoio escolar, ainda existem lacunas relacionadas à formação e à regulamentação da atuação desses profissionais. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da valorização do profissional de apoio escolar, de sua integração às ações pedagógicas da escola e do fortalecimento do trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo educativo.

Palavras-chave: Educação inclusiva; profissional de apoio escolar; inclusão escolar; trabalho colaborativo.

ABSTRACT

The school inclusion of students who are the target audience of Special Education has required significant changes in pedagogical practices and school organization to ensure these students' access, participation, and learning. In this context, this undergraduate thesis aimed to analyze how the school support professional performs their role and the main challenges faced by this professional within the scope of Inclusive Education in Brazil. To achieve this objective, an integrative literature review was conducted, based on a bibliographic survey carried out through Google Scholar, considering studies published between 2022 and 2026. The results showed that the role of the school support professional is still marked by uncertainties regarding their responsibilities within the school environment, alternating between functions related to students' basic care and pedagogical activities. In addition, challenges were identified, including the lack of specific training, the absence of joint planning opportunities with teachers, precarious working conditions, and the high turnover of these professionals, factors that compromise the continuity and quality of the support provided to students. It was found that although Law No. 13,146/2015 represented an important advance in guaranteeing the right to school support, there are still gaps related to the training and regulation of these professionals' roles. It is concluded that the effective implementation of inclusive education depends on valuing school support professionals, integrating them into the school's pedagogical actions, and strengthening collaborative work among all those involved in the educational process.

Keywords: Inclusive education; school support professional; school inclusion; collaborative work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. O Profissional de Apoio Escolar: Evolução Histórica, Identidade e Legislação Nacional.....	10
2.1 A Mediação Pedagógica na Perspectiva Sociocultural de Vygotsky.....	12
2.2 Desafios Práticos no Cotidiano Escolar: Estrutura, Formação e o Desvio de Funções.....	13
2.3 Trabalho Colaborativo e as Diretrizes Normativas Nacionais.....	15
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3.1 Questão Norteadora e Estratégia de Busca	18
3.2 Critérios de Elegibilidade (Inclusão e Exclusão)	18
3.3 . RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial tem se consolidado como um dos principais desafios e compromissos da educação brasileira contemporânea. Fundamentada nos princípios da igualdade, da equidade e do respeito à diversidade, a Educação Inclusiva busca garantir não apenas o acesso à escola, mas também a participação efetiva e a aprendizagem de todos os estudantes em ambientes educacionais comuns. Nesse contexto, a presença de diferentes profissionais na rede de apoio à inclusão torna-se fundamental para a construção de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e a autonomia dos alunos.

Entre esses profissionais, destaca-se o profissional de apoio escolar, cuja atuação tem se tornado cada vez mais frequente nas instituições de ensino que atendem estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades ou superdotação. Apesar da relevância de sua presença no cotidiano escolar, ainda persistem dúvidas e divergências acerca de suas atribuições, limites de atuação e participação nos processos pedagógicos. Em muitos contextos, esse profissional é associado exclusivamente às atividades de cuidado e assistência, enquanto em outros assume funções relacionadas à mediação da aprendizagem, evidenciando a necessidade de maior clareza sobre seu papel na efetivação da inclusão escolar.

Além disso, observa-se que a articulação entre o profissional de apoio escolar, os professores da sala regular e os docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nem sempre ocorre de forma sistemática. A ausência de planejamento colaborativo e de canais efetivos de comunicação pode comprometer o desenvolvimento de práticas inclusivas e limitar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes atendidos. Dessa forma, torna-se necessário compreender de que maneira esse profissional tem atuado nas escolas e quais desafios interferem na realização de suas funções.

As reflexões que fundamentam este estudo também foram motivadas por experiências vivenciadas durante estágios supervisionados realizados nos

municípios de Toritama e Caruaru, em Pernambuco. Nessas vivências, foi possível identificar dificuldades relacionadas à oferta do Atendimento Educacional Especializado, à escassez de recursos e à sobrecarga de profissionais envolvidos no processo de inclusão. Tais situações evidenciaram a distância existente entre as garantias previstas na legislação e as condições encontradas em parte das redes de ensino, reforçando a importância de ampliar as discussões sobre a atuação do profissional de apoio escolar.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre um profissional que ocupa posição estratégica na promoção da inclusão escolar. Embora os avanços legislativos tenham fortalecido os direitos dos estudantes público-alvo da Educação Especial, ainda existem desafios relacionados à formação, à definição de atribuições e à integração desse profissional às propostas pedagógicas das instituições de ensino. Nesse sentido, compreender sua atuação contribui para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas educacionais voltadas à construção de uma escola mais inclusiva.

Diante desse cenário, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como ocorre a atuação do profissional de apoio escolar e quais são os principais desafios enfrentados por esse profissional no âmbito da Educação Inclusiva no Brasil? Para responder a essa problemática, estabeleceu-se como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas sobre a atuação e os desafios enfrentados pelo profissional de apoio escolar no contexto da educação inclusiva. Como objetivos específicos, pretende-se: Identificar as atribuições desempenhadas pelo profissional de apoio escolar no processo de inclusão, Investigar os principais desafios enfrentados por esses profissionais no cotidiano escolar, analisar as contribuições do profissional de apoio escolar para a efetivação da educação inclusiva.

Por fim, considera-se que a discussão sobre o papel do profissional de apoio escolar é fundamental para o fortalecimento das práticas inclusivas e para a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Ao analisar as produções científicas mais recentes sobre o tema, este estudo busca contribuir para a ampliação do debate acadêmico e para o aprimoramento das ações desenvolvidas no contexto escolar.

2. O Profissional de Apoio Escolar: Evolução Histórica, Identidade e Legislação Nacional

O surgimento do Profissional de Apoio Escolar (PAE) está diretamente relacionado às transformações ocorridas na Educação Especial e ao avanço das políticas de Educação Inclusiva no Brasil. Até meados do século XX, o atendimento às pessoas com deficiência era realizado predominantemente em instituições especializadas, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e institutos destinados ao atendimento de pessoas cegas e surdas, não havendo a previsão de serviços de apoio ou mediação no contexto da escola regular.

A trajetória da Educação Especial no país é marcada por importantes mudanças de concepção acerca dos direitos das pessoas com deficiência. Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o atendimento educacional destinado a esse público possuía caráter predominantemente assistencialista e filantrópico. Nesse período, prevalecia um modelo educacional pautado na segregação, com reduzida interação entre os estudantes com deficiência e o ensino comum, tornando inexistente a figura do profissional de apoio no cotidiano escolar.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, consolidou-se o direito de acesso, permanência e participação dos estudantes com deficiência no ensino regular. Esse movimento ampliou significativamente a presença desses estudantes nas escolas comuns e evidenciou a necessidade de profissionais capazes de oferecer suporte às demandas de acessibilidade e participação escolar. Nesse contexto, alguns marcos legais contribuíram para a definição e regulamentação da atuação do Profissional de Apoio Escolar:

- Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana): instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo o direito ao acompanhante especializado nos casos em que houver comprovada necessidade de apoio.
- Nota Técnica nº 24/2013/MEC: estabeleceu a diferenciação entre as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as do profissional de apoio escolar. Enquanto o professor do AEE desenvolve ações pedagógicas voltadas ao atendimento

educacional especializado, o profissional de apoio atua no suporte à acessibilidade, auxiliando em atividades relacionadas à alimentação, higiene, locomoção e demais necessidades que favoreçam a participação do estudante no ambiente escolar.

- Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI): consolidou a terminologia “Profissional de Apoio Escolar” e definiu sua atuação como essencial para a promoção da autonomia, participação e inclusão dos estudantes com deficiência no contexto educacional.

Essa discussão é reforçada pelos dados do Censo da Educação Básica, que evidenciam o crescimento contínuo das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. Esse cenário demonstra que a presença de profissionais de apoio qualificados deixou de ser um recurso complementar para tornar-se um elemento fundamental na efetivação das políticas de inclusão escolar.

Além do respaldo legal, a atuação do profissional de apoio escolar encontra sustentação teórica na perspectiva sociocultural de Lev Vygotsky. De acordo com essa abordagem, a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada por indivíduos mais experientes.

Nesse sentido, Vygotsky (2007, p. 98) afirma que "aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã". Assim, o profissional de apoio escolar pode contribuir para a eliminação de barreiras que dificultam a participação do estudante nas atividades escolares, favorecendo seu desenvolvimento e ampliando suas possibilidades de interação com o meio social e educacional. Por conseguinte, a efetivação da inclusão depende da articulação entre o trabalho desenvolvido pelo profissional de apoio, o professor da sala regular e os demais profissionais envolvidos no processo educativo (GLAT; PLETSCHE, 2013).

Entretanto, estudos e relatos de experiências desenvolvidas em diferentes contextos educacionais apontam desafios relacionados à implementação das políticas inclusivas, especialmente em municípios que enfrentam limitações estruturais e escassez de recursos especializados. Entre os principais entraves estão a insuficiência de Salas de Recursos Multifuncionais, a falta de profissionais especializados e as dificuldades de articulação entre os diversos agentes que compõem a rede de apoio à inclusão.

Nessas circunstâncias, observa-se que o profissional de apoio escolar, por vezes, assume atribuições que extrapolam suas competências legais, passando a desempenhar funções de natureza pedagógica que competem ao professor regente ou ao professor do Atendimento Educacional Especializado. Tal situação evidencia a necessidade de maior clareza na definição de atribuições e de investimentos em formação continuada para esses profissionais.

Outro desafio refere-se à necessidade de fortalecimento do trabalho intersetorial e colaborativo entre escola, família e serviços especializados. A ausência dessa articulação pode comprometer a efetividade do apoio oferecido ao estudante, reduzindo a atuação do profissional de apoio a uma presença física em sala de aula, sem impactos significativos sobre a autonomia, a participação e a aprendizagem dos educandos.

Dessa forma, compreender a evolução histórica, os fundamentos legais e os desafios que permeiam a atuação do Profissional de Apoio Escolar torna-se essencial para a construção de práticas inclusivas mais efetivas e para a consolidação de uma educação comprometida com o direito de todos à aprendizagem e à participação social.

2.1 A Mediação Pedagógica na Perspectiva Sociocultural de Vygotsky

Para além dos aspectos legais que fundamentam a presença do profissional de apoio escolar no ambiente educacional, a compreensão de sua relevância no processo de inclusão também encontra respaldo nos pressupostos da teoria sociocultural de Lev Vygotsky. Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e culturais estabelecidas ao longo da vida. Assim, funções psicológicas superiores, como a atenção, a memória e o pensamento, são construídas a partir das relações que o indivíduo estabelece com o meio social.

Nessa perspectiva, a aprendizagem assume papel fundamental no desenvolvimento, uma vez que possibilita a construção de conhecimentos por meio da interação com outras pessoas e com os diferentes contextos culturais. Dessa forma, a escola torna-se um espaço privilegiado para promover experiências que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes.

Um dos conceitos centrais da teoria vygotskyana é o de mediação. Para Vygotsky, a relação entre o sujeito e o conhecimento não acontece de maneira direta, mas é intermediada por elementos culturais e pela atuação de pessoas mais experientes. É nesse contexto que se insere o profissional de apoio escolar, cuja função vai além do acompanhamento físico do estudante. Sua atuação contribui para a superação de barreiras que dificultam a participação do aluno nas atividades escolares, favorecendo o acesso aos conteúdos, à comunicação, à interação social e às experiências de aprendizagem.

Nesse sentido, o profissional de apoio desempenha um papel importante na construção de condições que permitam ao estudante participar de forma mais ativa da vida escolar. Sua presença deve estar voltada para o fortalecimento da autonomia do educando, contribuindo para que ele desenvolva gradativamente habilidades necessárias à sua independência e participação social.

Essa compreensão torna-se ainda mais evidente quando relacionada ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). De acordo com Vygotsky, a ZDP corresponde à distância entre aquilo que o estudante já consegue realizar sozinho e aquilo que consegue realizar com o auxílio de outra pessoa. Nesse processo, a intervenção de um mediador possibilita que o aluno avance para níveis mais complexos de aprendizagem e desenvolvimento.

Assim, o profissional de apoio escolar pode atuar como um facilitador desse percurso, oferecendo suporte adequado às necessidades do estudante em diferentes situações do cotidiano escolar, como na organização de materiais, na comunicação, na locomoção e na realização de atividades. Entretanto, esse apoio não deve gerar dependência, mas favorecer o desenvolvimento progressivo da autonomia. O objetivo é que, gradualmente, o estudante seja capaz de realizar tarefas de forma cada vez mais independente, fortalecendo sua participação no processo educativo e sua inclusão no ambiente escolar.

Essa perspectiva reforça que a atuação do profissional de apoio escolar não deve ser compreendida apenas como assistência ou cuidado, mas como uma ação que contribui para a promoção da acessibilidade, da participação e do desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial, em consonância com os princípios da educação inclusiva.

2.2 Desafios Práticos no Cotidiano Escolar: Estrutura, Formação e o Desvio de Funções

A efetivação da Educação Inclusiva exige que a escola esteja preparada para acolher a diversidade presente em seu contexto, superando práticas que historicamente buscaram padronizar os estudantes. Nessa perspectiva, as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem não devem ser atribuídas exclusivamente às características individuais dos alunos, mas também às barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais existentes no ambiente escolar.

De acordo com Mantoan (2003), a inclusão implica uma transformação significativa da organização escolar, exigindo mudanças nas práticas de ensino, nos processos avaliativos e na forma como a aprendizagem é compreendida. Dessa maneira, a escola assume a responsabilidade de garantir oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes, respeitando suas particularidades sem que estas se tornem motivo de exclusão.

Para que esse processo aconteça de forma efetiva, é necessário eliminar barreiras arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e, principalmente, atitudinais. Conforme destaca Mittler (2003), a acessibilidade vai além das adaptações físicas do espaço escolar, envolvendo também o planejamento de recursos, estratégias e serviços que assegurem a participação dos estudantes em todas as atividades desenvolvidas pela escola. Entretanto, a concretização dessas condições ainda representa um grande desafio para muitas redes públicas de ensino.

Na prática, a implementação de ações inclusivas esbarra em dificuldades como a falta de recursos, a inadequação dos espaços físicos, a escassez de tecnologias assistivas e a insuficiência de investimentos na formação dos profissionais. Em salas de aula numerosas e heterogêneas, muitas escolas enfrentam dificuldades para oferecer o suporte necessário aos estudantes público-alvo da Educação Especial, o que acaba comprometendo a qualidade do processo de inclusão.

Outro desafio importante está relacionado à formação e à definição das atribuições do profissional de apoio escolar. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reconheça a relevância desse profissional na promoção da acessibilidade e da autonomia dos estudantes, ainda é comum encontrar situações em que sua atuação ocorre sem a devida preparação técnica. Em muitos casos,

esses profissionais ingressam na função sem formação específica ou sem acesso a processos contínuos de capacitação, dificultando o desenvolvimento de um trabalho alinhado aos princípios da educação inclusiva.

A ausência de formação continuada também pode favorecer interpretações equivocadas sobre o papel do profissional de apoio. Em algumas situações, observa-se uma postura excessivamente protetiva, que limita a autonomia do estudante. Em outras, ocorre o chamado desvio de função, quando o profissional passa a assumir responsabilidades pedagógicas que não fazem parte de suas atribuições. Conforme destacam Kassar e Rebelo (2011), o profissional de apoio não deve substituir o professor regente nem assumir funções relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas atuar de forma complementar, contribuindo para a participação do estudante nas atividades escolares.

Esse cenário pode comprometer os objetivos da inclusão escolar. Quando o profissional de apoio passa a trabalhar isoladamente com o aluno, sem articulação com os demais profissionais da escola, existe o risco de reforçar práticas segregadoras dentro do próprio espaço inclusivo. Sasaki (2010) ressalta que a inclusão deve promover a participação ativa do estudante em todos os contextos escolares, favorecendo sua autonomia e seu desenvolvimento social, acadêmico e pessoal.

Dessa forma, os desafios enfrentados no cotidiano escolar demonstram que a simples presença do profissional de apoio não garante a efetivação da inclusão. É fundamental que esse profissional receba formação adequada, tenha suas atribuições claramente definidas e atue de maneira integrada à equipe pedagógica. Somente por meio de uma ação articulada entre escola, professores, família e profissionais de apoio será possível construir práticas inclusivas capazes de assegurar o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento de todos os estudantes.

2.3 Trabalho Colaborativo e as Diretrizes Normativas Nacionais

A definição das atribuições do profissional de apoio escolar encontra respaldo no Artigo 3º, inciso XIII, da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI). De acordo com a legislação, esse profissional tem a função de oferecer suporte às necessidades relacionadas à alimentação, higiene, locomoção e demais atividades

que favoreçam a participação do estudante no ambiente escolar. Dessa forma, sua atuação não substitui as funções pedagógicas atribuídas ao professor regente ou ao profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Apesar dessa delimitação legal, ainda são observadas situações em que o profissional de apoio assume responsabilidades que ultrapassam suas atribuições. Em muitos contextos escolares, especialmente em redes que enfrentam limitações de recursos humanos e estruturais, esse profissional acaba desempenhando atividades de natureza pedagógica, assumindo funções que deveriam ser exercidas pelos docentes. Tal situação pode comprometer tanto a qualidade do atendimento oferecido ao estudante quanto a própria finalidade do serviço de apoio escolar.

No que se refere à formação profissional, observa-se que ainda existem desafios relacionados à definição de critérios nacionais mais uniformes. Diferentemente da formação docente, regulamentada por diretrizes curriculares específicas, a qualificação do profissional de apoio escolar tem sido organizada de maneira distinta pelos sistemas de ensino. Embora a Lei Brasileira de Inclusão determine que esses profissionais sejam qualificados para o exercício da função, a ausência de parâmetros nacionais mais detalhados contribui para a existência de diferentes exigências formativas entre estados e municípios.

Essa realidade pode resultar na contratação de profissionais com níveis variados de preparação para atuar junto aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Considerando a complexidade das demandas presentes no contexto escolar inclusivo, torna-se fundamental investir em processos contínuos de formação que contribuam para o desenvolvimento de conhecimentos e competências relacionadas à acessibilidade, à inclusão e ao trabalho colaborativo.

Além da formação adequada, a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre os diversos profissionais envolvidos no processo educacional. Conforme orienta a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, o serviço prestado pelo profissional de apoio escolar não substitui a escolarização nem o Atendimento Educacional Especializado, devendo atuar de forma complementar e integrada às ações desenvolvidas na sala de aula comum. Nesse sentido, o trabalho colaborativo entre professor regente, professor do AEE e profissional de apoio escolar constitui elemento essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Entretanto, a construção dessa parceria ainda enfrenta obstáculos no cotidiano escolar. Em muitas instituições, a organização dos horários e das atividades dificulta a realização de momentos de planejamento conjunto entre os profissionais envolvidos. Como consequência, a comunicação ocorre de forma limitada, restringindo as possibilidades de elaboração de estratégias compartilhadas que atendam às necessidades específicas dos estudantes.

A ausência de espaços destinados ao planejamento colaborativo pode comprometer a execução de ações pedagógicas integradas e dificultar o acompanhamento do desenvolvimento dos educandos. Por esse motivo, diversos estudos têm apontado a necessidade de fortalecer mecanismos institucionais que favoreçam a cooperação entre os diferentes profissionais que atuam no processo de inclusão escolar.

Nesse contexto, o Decreto nº 12.686/2025 representa um importante avanço ao estabelecer diretrizes voltadas para a atuação do profissional de apoio escolar. Entre seus objetivos estão a definição de critérios mais claros para o exercício da função, a valorização da formação profissional e o fortalecimento das práticas colaborativas no ambiente educacional. Entre as contribuições do decreto destaca-se a previsão de requisitos formativos mínimos para o exercício da função, reconhecendo que a atuação do profissional de apoio exige conhecimentos específicos relacionados ao desenvolvimento humano, à acessibilidade e às práticas inclusivas. Essa medida reforça a compreensão de que o apoio escolar vai além de atividades assistenciais, constituindo um serviço essencial para a garantia da participação e da aprendizagem dos estudantes.

Dessa forma, as diretrizes normativas mais recentes evidenciam a necessidade de que os sistemas de ensino invistam não apenas na contratação desses profissionais, mas também em sua formação continuada e em sua integração às equipes pedagógicas. A consolidação do trabalho colaborativo depende da criação de condições institucionais que favoreçam o diálogo, o planejamento conjunto e a corresponsabilidade entre todos os profissionais envolvidos na promoção da educação inclusiva.

Essa perspectiva fortalece a compreensão de que a inclusão escolar não é responsabilidade de um único profissional, mas resultado de um trabalho coletivo comprometido com a garantia do direito à educação, à participação e ao desenvolvimento de todos os estudantes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma Revisão Integrativa da Literatura. De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa consiste na mais ampla abordagem metodológica no que se refere às revisões, visto que permite a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para obter uma compreensão completa e profunda do fenômeno estudado. Para garantir o rigor e a transparência do percurso investigativo, o trabalho foi estruturado a partir de cinco etapas fundamentais:

1. Formulação do problema e definição da questão norteadora;
2. Estabelecimento dos critérios de busca e seleção na literatura;
3. Categorização e extração de dados das pesquisas primárias;
4. Avaliação e interpretação crítica dos resultados;
5. Apresentação e síntese do conhecimento produzido.

3.1 Questão Norteadora e Estratégia de Busca

A estruturação desta revisão partiu da seguinte questão norteadora: Como a literatura científica nacional tem abordado a atuação e os desafios enfrentados pelo profissional de apoio escolar no processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE)?

Para responder a essa problemática, o levantamento bibliográfico foi realizado por meio de buscas digitais na plataforma de pesquisa do Google Acadêmico (Google Scholar). A escolha por esse indexador justifica-se por sua amplitude, permitindo o mapeamento de produções científicas nacionais hospedadas em diferentes portais acadêmicos e revistas eletrônicas. Para a estratégia de busca, utilizou-se o operador booleano AND para o cruzamento dos seguintes descritores em língua portuguesa: "Educação Inclusiva" AND "Profissional de Apoio Escolar"; "Educação Especial" AND "Cuidador Escolar".

3.2 Critérios de Elegibilidade (Inclusão e Exclusão)

A seleção das pesquisas que compuseram o corpus de análise seguiu critérios previamente estabelecidos, com o objetivo de garantir a atualidade e a relevância dos estudos em relação ao problema investigado. Foram definidos como critérios de inclusão: artigos científicos publicados em língua portuguesa; trabalhos disponibilizados na íntegra e com acesso gratuito; publicações compreendidas no período de 2022 a 2026; e estudos empíricos, revisões de literatura ou relatos de experiência que abordassem, de forma central, a rotina, as atribuições, as condições de trabalho ou os desafios enfrentados pelos profissionais de apoio escolar, monitores, cuidadores ou auxiliares no contexto do ensino regular.

Por sua vez, foram adotados como critérios de exclusão dissertações de mestrado, teses de doutorado e relatórios técnicos. Monografias de graduação e trabalhos publicados em anais de eventos foram considerados apenas quando disponibilizados na íntegra, de forma gratuita e indexados na base consultada, desde que apresentassem relação direta com o objeto de estudo. Também foram excluídos estudos que discutiam a educação inclusiva de maneira ampla, sem enfoque específico no profissional de apoio escolar, bem como aqueles voltados exclusivamente à atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3.3 Resultados e Discussões

O processo de seleção dos estudos ocorreu em etapas sucessivas. Inicialmente, foi realizada a leitura dos títulos e resumos das produções identificadas no Google Acadêmico, com o objetivo de verificar sua relação com a questão norteadora da pesquisa. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, bem como a eliminação de estudos duplicados, obteve-se um corpus final composto por oito artigos científicos.

Posteriormente, os estudos selecionados foram submetidos à leitura na íntegra e organizados por meio de um instrumento de síntese apresentado a seguir, na forma de quadro. Para a sistematização das informações, foram consideradas as seguintes variáveis: título do estudo, autoria, ano de publicação, objetivo da pesquisa, metodologia empregada e principais resultados encontrados.

Após a organização dos dados, os estudos foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática, que possibilitou identificar, categorizar e interpretar os principais aspectos presentes nas produções científicas selecionadas. A análise buscou estabelecer relações entre os resultados encontrados na literatura e os referenciais teóricos que fundamentam esta pesquisa, especialmente a perspectiva sociocultural de Vygotsky, além dos dispositivos legais que orientam a Educação Inclusiva no Brasil, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e para as atualizações normativas relacionadas à atuação do profissional de apoio escolar, incluindo as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 12.686/2025.

Dessa forma, a análise dos estudos permitiu compreender como a literatura científica nacional tem abordado a atuação do profissional de apoio escolar, suas atribuições, contribuições e os principais desafios enfrentados no contexto da educação inclusiva, contribuindo para uma reflexão crítica acerca das condições necessárias para a efetivação desse importante serviço educacional.

Quadro 01: Síntese das informações e evidências extraídas dos artigos incluídos na revisão.

TÍTULO	AUTORIA/ANO	OBJETIVO	AÇÕES/RESULTADO
Entre o Cuidado e a Mediação: A Atuação dos Monitores de Sala de Aula na Educação Inclusiva	CABRAL, Renata Maria Pontes de Medeiros; CARNEIRO, Relma Urel Carbone (2025)	Analisar a percepção dos monitores de sala sobre o trabalho desenvolvido com estudantes da educação especial no ensino comum.	Evidenciou ausência de formação específica, indefinição das atribuições, falta de clareza quanto ao papel profissional e desvalorização da função, comprometendo a atuação dos monitores.
Formação para Quem Cuida: A Importância da Qualificação do Profissional de Apoio Escolar de uma Cidade do Estado do Ceará	MARTINS, Mariana Estácio; CAVALCANTE, Antonio Wadan Gomes (2026)	Discutir a importância da qualificação do profissional de apoio escolar para o desenvolvimento de suas funções no ambiente escolar.	Identificou vínculos de trabalho precários, insuficiência de formação continuada, ingresso por indicação política e destacou a necessidade de regulamentação e formação específica para garantir um atendimento de

			qualidade.
O retrato do Profissional de Apoio Escolar em uma rede municipal de ensino do Agreste Alagoano	ROCHA, Fernanda Camelo Souza (2024)	Analisar o perfil, a formação e a atuação do Profissional de Apoio Escolar em uma rede municipal de ensino do Agreste Alagoano.	Constatou predominância de contratos temporários, baixa remuneração, elevada rotatividade, ausência de formação inicial e desvio de função, com profissionais assumindo responsabilidades pedagógicas além das previstas em lei.
A contribuição do cuidador escolar na Educação Inclusiva	MATOS, Érica Gonçalves de; SIMPLÍCIO, Antônia Karina Mota. (2022)	Compreender como o cuidador escolar contribui para o desenvolvimento de estudantes com deficiência e para a efetivação da educação inclusiva.	A pesquisa evidenciou que o cuidador escolar desempenha papel fundamental na promoção da autonomia, da participação e da inclusão dos estudantes, ressaltando a importância da formação e da atuação articulada com a equipe escolar.
Uma análise da atuação dos profissionais de apoio escolar na educação básica.	BRITO, Milene Sousa. (2025)	Investigar e analisar a atuação do Profissional de Apoio Escolar (PAE) na educação básica, identificando suas atribuições, relação com as famílias e articulação com a equipe pedagógica.	Pesquisa bibliográfica com análise de conteúdo. Evidenciou sobreposição de atribuições, exercício de funções pedagógicas além das previstas em lei, lacunas na formação inicial e continuada e precarização do vínculo de trabalho, comprometendo a atuação colaborativa no ambiente escolar.
CUIDADOR ESCOLAR COMO AGENTE DE INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ÓTICA DOS CUIDADORES.	PEREIRA, José Lucas dos Santos; MIRANDA, Viviane Maximiano de; FARIAS, Adenize Queiroz de (2024).	Ressaltar a importância do cuidador escolar para a efetivação da inclusão, compreendendo sua atuação sob a perspectiva dos próprios profissionais.	Pesquisa qualitativa realizada com cuidadoras escolares. Os resultados apontaram desvio de função, ausência de capacitação específica, pouca articulação com as famílias e necessidade de valorização

			profissional e formação continuada para fortalecer a inclusão escolar.
O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR PARA A CRIANÇA AUTISTA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL	GOMES, Antonia Karina do Nascimento; AGUIAR, Débora Cristina Vasconcelos. (2022)	Refletir sobre o papel do Profissional de Apoio Escolar no processo educativo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.	Pesquisa qualitativa com observações e entrevistas. Evidenciou que o PAE favorece o desenvolvimento e a participação dos estudantes com TEA, porém ressaltou a necessidade de definição das atribuições, formação específica e integração com a equipe escolar.
Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?	LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. (2023)	Analisar as funções e os aspectos administrativos relacionados à atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar no contexto de diferentes redes de ensino.	Evidenciou que o profissional de apoio não deve ser o único responsável pelo estudante, mas sim parte de uma rede articulada de apoio que inclui o professor regente e o professor especializado, urgindo a definição de diretrizes políticas claras, supervisão e formação continuada.

Após o preenchimento sistemático do Quadro 01, os dados extraídos foram submetidos à análise de conteúdo temática. Essa etapa consistiu no cruzamento interpretativo dos achados da literatura científica com as exigências legais vigentes no país, buscando identificar se a realidade das escolas comuns está em consonância ou em descompasso com os parâmetros de formação continuada de 180 horas e com os princípios do trabalho colaborativo e intersetorial previstos no Decreto nº 12.686/2025.

A análise do corpus bibliográfico, composto por oito estudos publicados entre 2022 e 2026, permitiu compreender as condições de trabalho, os desafios e as barreiras enfrentadas pelos Profissionais de Apoio Escolar (PAE) em diferentes redes de ensino brasileiras. A síntese das evidências apresentadas no Quadro 01 possibilitou a identificação de eixos temáticos recorrentes na literatura nacional,

evidenciando um distanciamento entre os avanços normativos e a realidade cotidiana vivenciada nas instituições de ensino.

O primeiro eixo temático refere-se à ambiguidade das atribuições e à indefinição do papel profissional do PAE no contexto escolar. Os estudos de Medeiros e Carneiro (2025) e Brito (2025) convergem ao demonstrar que esses profissionais frequentemente desempenham funções que extrapolam suas atribuições legais, transitando entre atividades de cuidado pessoal e responsabilidades de natureza pedagógica. De forma semelhante, Gomes e Aguiar (2022) e Pereira, Miranda e Farias (2024) evidenciam que, especialmente no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é recorrente o desvio de função, com profissionais assumindo atividades de mediação pedagógica sem a formação específica necessária para desempenhá-las.

Outro aspecto recorrente diz respeito à precarização das condições de trabalho e à elevada rotatividade desses profissionais. Os estudos de Rocha (2024), Martins e Cavalcante (2026) e Lopes e Mendes (2023) apontam que, em diversas redes municipais, predominam vínculos temporários, contratações por Processos Seletivos Simplificados (PSS) ou indicações políticas, frequentemente associados à baixa remuneração e à ausência de políticas estruturadas de formação continuada. Lopes e Mendes (2023) caracterizam esse cenário como um processo de precarização da política de inclusão, marcado pela fragilidade dos vínculos empregatícios e pela descontinuidade do atendimento.

Essa instabilidade compromete diretamente a qualidade do acompanhamento oferecido aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Considerando que o processo de inclusão escolar pressupõe a construção de vínculos de confiança, continuidade das intervenções e conhecimento das necessidades individuais do estudante, a constante substituição do Profissional de Apoio Escolar dificulta o desenvolvimento da autonomia, da participação e da aprendizagem, além de fragilizar a efetivação da educação inclusiva.

Ademais, o estudo de Matos e Simplício (2022) evidencia a persistência de dificuldades relacionadas à articulação entre o professor regente e o profissional de apoio escolar, bem como a ausência de momentos destinados ao planejamento conjunto das ações pedagógicas. Embora esses profissionais reconheçam o caráter assistencial de suas atribuições, a falta de colaboração e de diretrizes institucionais compartilhadas favorece o isolamento do profissional de apoio no cotidiano escolar.

Como consequência, a inclusão pode ocorrer apenas no âmbito físico, enquanto o estudante permanece sob a responsabilidade quase exclusiva do profissional de apoio, sem participação efetiva do professor regente e dos demais colegas nas atividades pedagógicas.

Ao confrontar os achados da literatura científica com o arcabouço legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, observa-se um distanciamento entre as determinações normativas e a realidade vivenciada nas escolas. A Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI), em seu art. 3º, inciso XIII, define o profissional de apoio escolar como aquele responsável por oferecer suporte às necessidades relacionadas à alimentação, higiene, locomoção e demais atividades de acessibilidade do estudante com deficiência. Entretanto, os estudos de Brito (2025) e Pereira, Miranda e Farias (2024) demonstram que, na prática, esses profissionais frequentemente assumem atribuições pedagógicas que extrapolam sua função legal, sendo utilizados para suprir a insuficiência de professores regentes ou de profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Sob a perspectiva da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky, esse cenário torna-se ainda mais preocupante. A mediação pedagógica pressupõe intencionalidade educativa, planejamento e atuação articulada entre os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, quando o profissional de apoio atua sem formação específica ou de maneira isolada, sua intervenção tende a restringir-se ao atendimento das demandas imediatas do estudante, dificultando a construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Em vez de promover a autonomia progressiva do estudante, essa atuação pode reforçar relações de dependência e limitar seu desenvolvimento educacional.

Nesse contexto, a promulgação do Decreto nº 12.686/2025 representa um importante avanço para o fortalecimento da atuação do Profissional de Apoio Escolar. Ao estabelecer a obrigatoriedade de formação inicial e continuada com carga horária mínima de 180 horas, o decreto responde às fragilidades evidenciadas na literatura, especialmente quanto à insuficiência de qualificação profissional apontada por Medeiros e Carneiro (2025), Rocha (2024) e Martins e Cavalcante (2026). A formação sistemática contribui para o fortalecimento da identidade profissional, amplia os conhecimentos sobre deficiência e educação inclusiva e

favorece uma atuação mais qualificada e alinhada às atribuições previstas na legislação.

Por fim, o princípio do trabalho colaborativo e intersetorial previsto no Decreto nº 12.686/2025 reforça que a responsabilidade pela inclusão escolar deve ser compartilhada entre todos os profissionais envolvidos no processo educativo. Conforme destacam Matos e Simplício (2022) e Lopes e Mendes (2023), a efetivação da educação inclusiva depende da atuação integrada entre o professor da sala comum, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o profissional de Apoio Escolar e a equipe gestora. Nesse sentido, torna-se indispensável a criação de espaços institucionais para o planejamento coletivo e o acompanhamento sistemático do Plano Educacional Individualizado (PEI), garantindo que as ações pedagógicas sejam desenvolvidas de forma articulada, contínua e centrada nas necessidades do estudante.

4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Por se tratar de uma pesquisa de revisão integrativa da literatura, desenvolvida exclusivamente a partir de dados secundários disponíveis em fontes de acesso público e em artigos científicos previamente publicados, este estudo não foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Tal procedimento está em conformidade com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Apesar da dispensa de apreciação ética, foram observados os princípios éticos que regem a produção científica, especialmente no que se refere à fidedignidade das informações, à integridade acadêmica e ao respeito aos direitos autorais. Dessa forma, todos os estudos utilizados foram devidamente identificados e referenciados, assegurando o reconhecimento da autoria das produções consultadas e prevenindo qualquer forma de plágio ou utilização indevida do conhecimento científico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa da literatura permitiu analisar criticamente a produção científica recente acerca da atuação e dos desafios do Profissional de Apoio Escolar (PAE) no contexto da Educação Inclusiva no Brasil. A análise dos estudos publicados entre 2022 e 2026 evidenciou que, embora a legislação brasileira tenha avançado na garantia do direito à educação inclusiva, persistem desafios relacionados à formação, às condições de trabalho e à definição das atribuições desses profissionais.

Os resultados demonstraram que a atuação do Profissional de Apoio Escolar ainda é marcada pela indefinição de seu papel no ambiente escolar e pela ocorrência frequente de desvio de função. Em diversas redes de ensino, esses profissionais assumem responsabilidades pedagógicas que extrapolam as atribuições previstas na legislação, ao mesmo tempo em que enfrentam limitações decorrentes da ausência de formação específica, da falta de planejamento colaborativo e da insuficiência de diretrizes institucionais. Esses fatores comprometem o trabalho integrado com o professor regente e podem dificultar a efetivação da educação inclusiva.

Outro aspecto recorrente identificado na literatura refere-se à precarização das condições de trabalho, caracterizada por vínculos temporários, alta rotatividade profissional, baixa remuneração e escassez de oportunidades de formação continuada. Essas condições comprometem a continuidade do acompanhamento oferecido aos estudantes público-alvo da Educação Especial, especialmente àqueles que necessitam de estabilidade nas relações interpessoais e na organização das rotinas escolares, como estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os estudos analisados também evidenciaram que a consolidação de práticas inclusivas depende da atuação articulada entre o Profissional de Apoio Escolar, o professor da sala comum, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a equipe gestora e as famílias. Nesse sentido, o Decreto nº 12.686/2025 representa um importante avanço ao estabelecer diretrizes para a formação inicial e continuada desses profissionais e ao fortalecer os princípios do trabalho colaborativo e intersetorial, favorecendo uma atuação mais qualificada e alinhada às demandas da educação inclusiva.

Como limitação deste estudo, destaca-se a realização das buscas exclusivamente na plataforma Google Acadêmico, o que restringe a abrangência das evidências analisadas. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a busca para outras bases indexadas, como SciELO, Portal de Periódicos CAPES, ERIC, LILACS, além de bancos de teses e dissertações. Também são necessários estudos empíricos que avaliem os impactos da implementação do Decreto nº 12.686/2025, especialmente no que se refere à formação profissional, às condições de trabalho e à organização dos sistemas de ensino.

Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende não apenas da ampliação do acesso dos estudantes com deficiência às escolas comuns, mas também da valorização, da formação continuada e da definição clara das atribuições do Profissional de Apoio Escolar. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento das discussões sobre políticas públicas de inclusão e subsidiem gestores, profissionais da educação e pesquisadores na construção de práticas educacionais mais colaborativas, qualificadas e comprometidas com o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.
- _____. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2025: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 30 abr. 2026.
- _____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- _____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 abr. 2026.
- _____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE. Orientação quanto às atribuições dos profissionais de apoio. Brasília, DF: MEC, 2013.
- BRITO, Milene Sousa. Uma análise da atuação dos profissionais de apoio escolar na educação básica. 2025. 31 f. Trabalho de Curso (Graduação em Pedagogia) - Campus Universitário de Abaetetuba, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2025.
- GOMES, Antonia Karina do Nascimento; AGUIAR, Débora Cristina Vasconcelos. O profissional de apoio escolar para a criança autista: da educação infantil ao ensino fundamental. In: Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Nova Russas: CONEDU, 2022. ISSN: 2358-8829.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. Atendimento Educacional Especializado: complexidades e desafios. In: CAIADO, K. R. JESUS, D. M. BAPTISTA, C. R. (orgs.). Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Eniceia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280081, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, Érica Gonçalves de; SIMPLÍCIO, Antônia Karina Mota. A contribuição do cuidador escolar na Educação Inclusiva. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-6, 2022.

MARTINS, Mariana Estácio; CAVALCANTE, Antonio Wadan Gomes. Formação para Quem Cuida: A Importância da Qualificação do Profissional de Apoio Escolar de uma Cidade do Estado do Ceará. Revista ARACÊ, [S. l.], v. 13, n. 16, 2026.

MEDEIROS, Renata Maria Pontes Cabral de; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Entre o Cuidado e a Mediação: A Atuação dos Monitores de Sala de Aula na Educação Inclusiva. Revista ARACÊ, [S. l.], v. 12, n. 15, 2025.

MIRANDA, F. M. D. et al. Revisão integrativa da literatura como ferramenta para a investigação científica na área da educação e saúde. Revista Inovação Tecnológica e Acadêmica, v. 2, n. 4, p. 115-128, 2014.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEREIRA, José Lucas dos Santos; MIRANDA, Viviane Maximiano de FARIAS; Adenize Queiroz de. Cuidador escolar como agente de inclusão: relato de experiência na ótica dos cuidadores. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CINTED), 5., 2024. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/108654>. Acesso em: 15 jun. 2026.

ROCHA, Fernanda Camelo Souza. O retrato do profissional de apoio escolar em uma rede municipal de ensino do agreste alagoano. 2024. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/17275>. Acesso em: 15 jun. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Organização Michael Cole et al. Tradução de José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.